

## **DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DIRECIONADOS A GARANTIR OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTINGENTE BRASILEIRO**

ROMÁRIO BIANO DE NORONHA, DANIELLE ELIAS GONÇALVES, HENRIQUE AHIORAN HOLANDA, MARIA JUSCINAIDE  
HENRIQUE ALVES, EVANIRA RODRIGUES MAIA

As deficiências são conceituadas como impedimentos de longo prazo, que afetam a funcionalidade de indivíduos e/ou coletividades, os quais, podem constituir-se como barreiras à participação plena e efetiva destes na sociedade, com igualdade de direitos e condições em relação aos demais. Nesse contexto, o estudo objetiva identificar os dispositivos legais direcionados à garantia dos direitos das pessoas com deficiências no Brasil. Trata-se de uma revisão da literatura, desenvolvida mediante buscas online. Foram selecionadas as leis, decretos-leis, decretos e outras normas existentes no contingente brasileiro. Menciona-se: Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (dispõe sobre a promoção da qualidade de vida, a prevenção de deficiências); Lei Nº 9.394 (estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para Pessoas com Deficiência); Decreto Nº 3.298 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência); Lei Nº 8.899 (concede passe livre as pessoas com deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual); Lei Nº 10.098 (estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade aos Serviços); Decreto Nº 5.085 (define as ações continuadas de assistência social), dentre outros. Conclui-se que o contexto regulamentar da atenção/cuidado/assistência a pessoa com deficiências é amplo. Suscita-se assim, a necessidade de desenvolvimento de estudos que apresentem dados consistentes sobre a implementação destes.

**PALAVRAS-CHAVE:** PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. REGULAMENTOS. BRASIL.

**ÁREA TEMÁTICA:** ENFERMAGEM

**FORMA DE APRESENTAÇÃO:** PÔSTER